

Parágrafo único. O prazo de vigência da referida licença é até o dia 28 de dezembro de 2021, com base no Documento de Idoneidade nº 083/2011, de 28 de dezembro de 2011, expedido pelo Ministério de Obras Públicas Serviços e Vivienda do Estado Plurinacional da Bolívia; no Acordo sobre Transporte Internacional Terrestre - ATIT; na Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001; no Decreto nº 4.130, de 13 de fevereiro de 2002; e nos Acordos Bilaterais Brasil/Bolívia.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KARLA CAMPOS DO CARMO  
Substituta

## DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

### PORTARIA Nº 2.351, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 178 e 179, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução C.A nº 26, de 5 de maio de 2016, publicado no D.O.U. de 12 de maio de 2016, a Portaria nº 1.758, de 28/09/2016, publicada no D.O.U. de 29/09/2016 e, tendo em vista o constante do processo nº 50600.034636/2016-30, RESOLVE:

Declarar de utilidade pública, para efeito de desapropriação e afetação a fins viários, as áreas de terras e benfeitorias delimitadas pela poligonal formada pela lista de coordenadas geográficas constantes no memorial descritivo do imóvel e apresentadas a seguir. O imóvel descrito servirá ao reassentamento de famílias afetadas pelas obras de adequação do pátio ferroviário de Barra Mansa-RJ. Adequação geométrica da linha férrea e transferência do pátio de manobras no Município de Barra Mansa/RJ. Ferrovia EF-105/RJ; Trecho: Rio de Janeiro - São Paulo; Extensão: Retificação da linha=5km e Pátio=4,8km; SNV 105FRJ0250.

Coordenadas geográficas: 7.506.207,862 586.067,516;  
7.506.206,043 586.072,864; 7.506.204,313 586.076,101;  
7.506.176,234 586.062,067; 7.506.172,156 586.070,691  
7.506.161,333 586.065,049; 7.506.094,577 586.049,961;  
7.506.093,091 586.047,339; 7.506.117,020 586.010,213;  
7.506.121,385 586.010,831; 7.506.187,441 586.053,916  
7.506.207,862 586.067,516; Sistema de referência UTM; Meridiano Central 45 WGr; Datum SIRGAS 2000.

HALPHER LUIGGI MONICO ROSA

## Ministério Público da União

### MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

#### ATA DA 41ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 6 DE DEZEMBRO DE 2016

Aos seis dias do mês de dezembro de dois mil e dezesseis, na sala de reuniões da CCR/MPM, na Sede da Procuradoria-Geral da Justiça Militar, em Brasília, Setor de Embaixadas Norte, Lote 43, reuniu-se a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Militar. Presentes os Membros, Subprocuradores-Gerais da Justiça Militar: Dr. José Garcia de Freitas Júnior (Coordenador), Dr. Alexandre Concesi e Dra. Anete Vasconcelos de Borborema (Membros). Aberta a Reunião às 15h20. Presente também o Subprocurador-Geral aposentado Dr. Jorge Luís Dodaro. O Coordenador agradeceu a presença de todos.

1. MANIFESTAÇÕES:

- 1.1. Processo: Inquérito Policial Militar 190-58.2016.7.05.0005.  
Origem: Auditoria da 5ª CJM.  
Relator: Dr. Alexandre Concesi.  
Ementa: IPM. APURAÇÃO DE CONDUTA DE MILITAR QUE FORNECEU SENHA DE ACESSO A SUA IRMA PARA INGRESSAR EM BANCO DE DADOS DO EXERCÍTO. Arquivamento. Divergência judicial.  
Ausência de dolo. Arquivamento homologado.  
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu confirmar a promoção do arquivamento.
- 1.2. Processo: Procedimento Administrativo - PAVPM 0000077-52.2016.1501.  
Origem: PJM Curitiba - 2º Ofício Geral.  
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.  
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. INSPEÇÃO CARCERÁRIA NO 30º BATALHÃO DE INFANTARIA MECANIZADO. Controle externo da Atividade de Polícia Judiciária Militar.  
Havia um preso no momento da inspeção. Direitos dos presos observados. Instalações carcerárias adequadas. Arquivamento homologado.  
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

- 1.3. Processo: Procedimento Administrativo 0000287-68.2016.1105.  
Origem: 5ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.  
Relator: Dr. Alexandre Concesi.  
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR. Comunicação deserção. Militar na condição de transfuga. Arquivamento homologado.  
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.
- 1.4. Processo: Procedimento Administrativo 0000187-18.2016.1106.  
Origem: 6ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.  
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.  
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. COMUNICACAO DE APRESENTACAO VOLUNTARIA DE DESERTOR RECOLHIDO A PRISAO. 1º BATALHAO DE GUARDAS, RIO DE JANEIRO.  
Controle externo da Atividade de Polícia Judiciária Militar. Procedimento escoreito. Caso ajuizado. Arquivamento homologado.  
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.
- 1.5. Processo: Procedimento Administrativo 0000093-62.2016.1301.  
Origem: PJM Porto Alegre - 2º Ofício Geral.  
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.  
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. 3º BATALHAO DE POLÍCIA DO EXERCÍTO. COMUNICACAO DE PRISAO DE DESERTOR. Controle externo da Atividade de Polícia Judiciária Militar. Desertor posto em liberdade pois não foi reincluído às fileiras do Exército após inspeção de saúde. Regularidade da prisão baseada em Termo de Deserção lavrado. Arquivamento homologado.  
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.
- 1.6. Processo: Procedimento Administrativo 0000092-14.2016.1301.  
Origem: PJM Porto Alegre - 3º Ofício Geral.  
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.  
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. 3º BATALHAO DE POLÍCIA DO EXERCÍTO. COMUNICACAO DE PRISAO DE DESERTOR. Controle externo da Atividade de Polícia Judiciária Militar. Regularidade da prisão baseada em Termo de Deserção lavrado. Arquivamento homologado.  
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.
- 1.7. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000108-12.2016.1105.  
Origem: 5ª PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado.  
Relatora: Dra. Anete Vasconcelos de Borborema.  
Decisão: Retirado de pauta, por Decisão da Relatora.
- 1.8. Processo: Procedimento Investigatório Criminal 0000008-86.2016.1000.  
Origem: 6ª PJM Rio de Janeiro 2º Ofício Especializado.  
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.  
Ementa: PIC REABERTURA DE NOTÍCIA DE FATO SOBRE CRITÉRIOS DE OCUPACAO DE PRN. Diligência. Distribuição de PRN conforme a legislação vigente. Matéria administrativa. Arquivamento homologado.  
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.
- 1.9. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000056-54.2016.2102.  
Origem: 2ª PJM Brasília - 2º Ofício Geral.  
Relator: Dr. Alexandre Concesi.  
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. DIVULGAÇÃO DE VÍDEO ÍNTIMO DE MILITARES DA AERONÁUTICA. INDÍCIOS DE CRIME MILITAR. IPM instaurado para apuração dos fatos. Perda do objeto. Arquivamento homologado.  
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.
- 1.10. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000005-70.2016.1701.  
Origem: PJM Recife - 3º Ofício Geral.  
Relatora: Dra. Anete Vasconcelos de Borborema.  
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. BASE AÉREA DE NATAL. SUPOSTO DESACATO PRATICADO POR CIVIL CONTRA MILITAR DE SERVIÇO. TENTATIVA DE INGRESSO DESAURIZADO NA ORGANIZAÇÃO MILITAR. Pronta intervenção da sentinela. Civil que mantém histórico de graves problemas psiquiátricos. Desnecessidade de instauração de IPM. Arquivamento homologado.  
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.

- 1.11. Processo: Notícia de Fato (PI)0000055-27.2016.1901.  
Origem: PJM Campo Grande - 2º Ofício Geral.  
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.  
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. DENÚNCIA. SUPOSTO ATRASO EM PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA DE ARMA DE CALIBRE RESTRITO ENTRE ACERVOS DO CAC. Informações do Comando demonstram que a transferência foi efetuada. Perda do objeto. Arquivamento homologado.  
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.
- 1.12. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000222-52.2016.1105.  
Origem: 5ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.  
Relator: Dr. Alexandre Concesi.  
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES NA CONDUTA DE MÉDICOS MILITARES. Ausência de indícios de crime militar. Questão administrativa/previdenciária judicializada.  
Arquivamento homologado.  
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.
- 1.13. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000083-70.2016.1106.  
Origem: 6ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.  
Relatora: Dra. Anete Vasconcelos de Borborema.  
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. REPRESENTAÇÃO PROMOVIDA POR SOLDADO DA MARINHA DO BRASIL. SUPOSTAS PERSEGUIÇÕES PRATICADAS POR SUPERIORES HIERÁRQUICOS. Alegações de punições disciplinares injustificadas. Questão que não extrapola os limites da seara administrativa. Inexistência de repercussão penal militar. Arquivamento na instância. Arquivamento homologado.  
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.
- 1.14. Processo: Notícia de Fato (PI) 00000216-52.2016.1106.  
Origem: 6ª PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado.  
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.  
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. FATO ENVOLVENDO INTERESSE DE POLÍCIA MILITAR DO RIO DE JANEIRO. Declínio de atribuição ao Ministério Público Estadual. Homologado o declínio de atribuição.  
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o declínio de atribuição em favor do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.
- 1.15. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000050-96.2016.1701.  
Origem: PJM Recife - 1º Ofício Geral.  
Relator: Dr. Alexandre Concesi.  
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. REPRESENTAÇÃO ANÔNIMA. IRREGULARIDADES NO AMBIENTE DO DESTACAMENTO DE CONTROLE DE TRÁFEGO AEREO DE PETROLINA. Esclarecimentos prestados.  
Instauração de IPM por ordem do Comandante do CINDACTA III. Perda do objeto. Arquivamento homologado.  
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.
- 1.16. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000054-49.2016.2201.  
Origem: PJM Manaus - 1º Ofício Geral.  
Relatora: Dra. Anete Vasconcelos de Borborema  
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. DESTACAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AEREO. REPRESENTAÇÃO ANÔNIMA PROMOVIDA POR SARGENTO DA AERONÁUTICA. Supostas injúrias praticadas por superior hierárquico contra subordinado. Indícios de autoria e materialidade. Requisição de instauração de IPM. Desnecessidade de manutenção da investigação direta na PJM. Arquivamento homologado.  
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.
- 1.17. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000045-77.2016.1401.  
Origem: PJM Juiz de Fora - 3º Ofício Geral.  
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.  
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. REPRESENTANTE RELATA QUE MILITAR REFORMADO, SEPARADO, ESTARIA ATENTANDO CONTRA A SAÚDE FÍSICA E MENTAL DE SEUS FAMILIARES. Relata, ainda, que estão sendo feitos descontos indevidos em pensão alimentícia da ex-mulher do militar. Diligências. Arquivamento homologado com relação aos possíveis maus tratos dispensados aos familiares pelo militar, por fugirem da atribuição deste MP. Declínio de Atribuição homologado, ao MP Estadual de Minas Gerais, para analisar os cálculos da pensão alimentícia por se tratar de decisão judicial.  
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento parcial e homologar o Declínio de atribuição em favor do Ministério Público Estadual de Minas Gerais.